

7º SIMULADO INÉDITO

**PARA 1ª FASE DO XXXII EXAME
DE ORDEM**



Estratégia
OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase em do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior

Questão 1

Foi instaurado processo disciplinar contra membro do Conselho Federal em função de conhecimento de fato obtido em virtude de denúncia anônima. De acordo com o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB:

- a) O procedimento está correto, pois o processo disciplinar pode ser instaurado de ofício em razão de conhecimento do fato, obtido por qualquer meio.
- b) O processo disciplinar não pode ser instaurado quando o conhecimento do fato é obtido por meio de denúncia anônima. Porém, caso tal conhecimento fosse obtido por meio de fonte idônea, a competência processar e julgar membros do Conselho Federal é do próprio Conselho Federal.
- c) A denúncia anônima pode ser aceita desde que contenha a narração dos fatos que a motivam, de forma que permita verificar a existência, em tese, de infração disciplinar.
- d) O processo disciplinar não poderia ser instaurado em decorrência de denúncia anônima. O interessado deve formular representação ao Presidente do Conselho Federal.

Questão 2

Sérgio é advogado e foi contratado para fazer a defesa de Gérson, seu cliente. Ao longo do mandato, aconteceram os seguintes fatos:

- I - Gérson pretende contratar mais um advogado para trabalhar com Sérgio em sua causa;
- II - Sérgio informou claramente a Gérson a respeito dos possíveis riscos e consequências da demanda judicial.
- III - Gérson tem intenções contrárias à orientação que Sérgio considera mais adequada.

De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, é correto afirmar que

- a) Sérgio não se sujeita à imposição do cliente que pretenda ver com ele atuando outros advogados, agiu corretamente ao informar seu cliente a respeito dos eventuais riscos e possíveis consequências da demanda, e deve imprimir à causa orientação que lhe pareça mais adequada, sem se subordinar a intenções contrárias do cliente, mas esclarecendo-o quanto à estratégia traçada.
- b) Sérgio deve aceitar a imposição do cliente de vê-lo trabalhando com outros advogados, mas agiu corretamente ao informar seu cliente a respeito dos eventuais riscos e possíveis consequências da demanda, e deve imprimir à causa orientação que lhe pareça mais adequada, sem se subordinar a intenções contrárias do cliente, mas esclarecendo-o quanto à estratégia traçada.
- c) Sérgio não se sujeita à imposição do cliente que pretenda ver com ele atuando outros advogados, agiu corretamente ao informar seu cliente a respeito dos eventuais riscos e possíveis consequências da demanda, mas deve imprimir à causa a orientação que seu cliente desejar.

d) Sérgio deve aceitar a imposição do cliente de vê-lo trabalhando com outros advogados, agiu corretamente ao informar seu cliente a respeito dos eventuais riscos e possíveis consequências da demanda, devendo imprimir à causa a orientação que seu cliente desejar.

Questão 3

Valentina é advogada e teve sua correspondência eletrônica violada, correspondência esta relativa ao exercício da advocacia, mas sem informações a respeito de seus clientes. De acordo com as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB e do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB

a) Como não há informações a respeito de clientes, os direitos de Valentina como advogada não foram violados.

b) Na presença de indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a quebra da inviolabilidade poderá ser decretada pela autoridade judiciária competente, sendo permitida inclusive a utilização de instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.

c) Valentina teve seus direitos como advogada violados, e ao tomar conhecimento do fato, o Presidente do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção podem atuar em favor da advogada por meio de desagravo público, somente.

d) A abertura da correspondência de Valentina viola seus direitos como advogada, salvo na presença de indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, situação em que a quebra da inviolabilidade poderá ser decretada pela autoridade judiciária competente.

Questão 4

Advogar contra literal disposição de lei, incidir em erros reiterados e abster-se de utilizar influência indevida, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina,

a) São infrações disciplinares que podem ser punidas por censura, suspensão, exclusão ou multa.

b) Advogar contra literal disposição de lei é infração disciplinar, e abster-se de utilizar influência indevida é dever do advogado. Erros reiterados não consistem em infração disciplinar, desde que o advogado se empenhe em seu aperfeiçoamento profissional.

c) Advogar contra literal disposição de lei e incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional são infrações disciplinares, enquanto abster-se de utilizar influência indevida é um dever do advogado.

d) Abster-se de utilizar influência indevida é dever do advogado, enquanto erros reiterados que evidenciem inépcia profissional é uma infração disciplinar. Porém, advogar contra literal disposição de lei é direito do advogado, ainda que sem fundamento na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior.

Questão 5

No que se refere ao sigilo profissional e às relações com o cliente previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) O sigilo profissional é de ordem pública, e dependendo de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente.
- d) O advogado, quando no exercício das funções de árbitro, não se submete às regras de sigilo profissional.
- c) O advogado tem a opção de guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão.
- e) O sigilo profissional poderá ser relativizado em circunstâncias excepcionais que configurem justa causa.

Questão 6

O advogado, Neymar, inscrito na OAB-SP, foi escolhido em lista tríplice pelo Conselho Seccional, de forma a ser nomeado e empossado como Desembargador do Tribunal de Justiça deste Estado (quinto constitucional). Nesta situação, o advogado

- a) ficará licenciado da advocacia, até o término de seu mandato no TJ-SP.
- b) continuará inscrito na OAB-SP e exercendo a advocacia, porém ficando impedido de advogar contra a fazenda que o remunera.
- c) terá suspensa a sua inscrição na OAB-SP.
- d) terá cancelada a sua inscrição na OAB-SP.

Questão 7

Priscilinha ajuizou ação indenizatória em face de Vanessa Arns no dia 26/01/2019. Após a devida instrução processual, Priscilinha obteve completo êxito na demanda proposta, o que alegrou imensamente a sua advogada, recém-formada, Tereza Cristina.

No entanto, mesmo após o trânsito em julgado da ação, Priscilinha ainda não realizou o pagamento dos honorários advocatícios de sua advogada.

Assim, caso Tereza tenha a intenção de propor ação de cobrança de honorários, o prazo prescricional para tal demanda será de

- a) 01 ano.
- b) 02 anos.
- c) 03 anos.
- d) 05 anos.

Questão 8

Paulo Sousa, bacharel em direito, sempre teve grande destaque como aluno da graduação, apesar de não ter obtido êxito na prova do exame de ordem. Inconformado com os seus resultados frente ao exame, Paulo decide participar de um processo seletivo em um grande escritório de advocacia para se candidatar a uma das vagas existentes, sendo uma vaga para consultoria e outra para assessoria jurídica.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Paulo não poderá ocupar a função de consultor jurídico, mas tão somente de assessor jurídico, já que este não exige inscrição na OAB como advogado.
- b) Paulo Sousa poderá ocupar qualquer das funções por ele pretendidas, já que o único requisito legal é a condição de bacharel em direito.
- c) Paulo Sousa poderá ocupar qualquer das funções por ele pretendidas, caso tenha autorização do Conselho Seccional.
- d) Paulo não poderá ocupar a função de assessoria e tampouco de consultoria, já que estas são privativas dos advogados inscritos na OAB.



Jean Vilbert

Questão 9

“Pode dizer-se não que há tantos pareceres como homens, mas tantos como associações. [...] É portanto essencial, se a vontade geral pode exprimir-se, que não haja sociedades parciais dentro do Estado” (Jean-Jacques Rousseau. Do contrato social).

Quanto aos conceitos de sociedade, povo e “vontade geral” na obra em apreço, elementos fundamentais do regime democrático, é CORRETO afirmar:

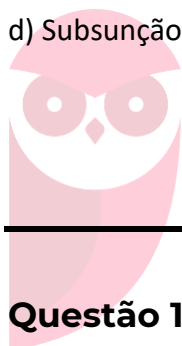
- a) A “vontade geral” se exprime pela vontade do corpo político, intérprete da vontade do povo.
- b) A sociedade civil deve ser entendida como um conjunto de indivíduos organizados.
- c) A existência de “associações subordinadas” não interfere na expressão da vontade geral.
- d) A vontade geral é a soma das vontades individuais e dos grupos sociais, prevalecendo a vontade da maioria como expressão do regime democrático.

Questão 10

Segundo o artigo 1.521 do Código Civil, “Não podem casar: [...] IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o *terceiro grau inclusive*”. Porém, o artigo 2º do Decreto nº 3.200/1941, estabelece que “os *colaterais do terceiro grau*, que pretendam casar-se, ou seus representantes legais, se forem menores, requererão ao juiz competente para a habilitação que nomeie dois médicos de reconhecida capacidade, isentos de suspensão, para examiná-los e atestar-lhes a sanidade, afirmando não haver inconveniente, sob o ponto de vista da sanidade, afirmando não haver inconveniente, sob o ponto de vista da saúde de qualquer deles e da prole, na realização do matrimônio”.

Para que seja admitido o casamento entre tios e sobrinhos, qual critério de resolução de antinomias pode ser utilizado:

- a) Cronologia.
- b) Especialidade.
- c) Hierarquia.
- d) Subsunção.



Estratégia

DIREITO CONSTITUCIONAL

OAB

Diego Cerqueira

Questão 11

Em sessão plenária recente realizada pelo STF, houve julgamento em que os Ministros entenderam ser dispensável a atuação do Senado Federal para suspender a validade, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por meio do controle difuso de constitucionalidade, alterando-se a interpretação originária dada ao art. 52, inciso X da Lei Maior. Nesse sentido, é correto afirmar que a matéria em exame passou por:

- a) controle preventivo de constitucionalidade.
- b) desconstitucionalização superveniente.
- c) mutação constitucional.
- d) inconstitucionalidade por atração.

Questão 12

Igor, Presidente da República no ano de 2019, apresentou Proposta de Emenda Constitucional com a finalidade de prever que toda desapropriação praticada pelo Estado fosse precedida de indenização em dinheiro. Devidamente processada, a PEC foi aprovada por três quintos dos deputados, em dois turnos de votação, bem como por três quintos dos senadores, igualmente em dois turnos de votação, seguindo, ato contínuo, para o Presidente da República, que a promulgou. Diante do caso hipotético e com base no sistema jurídico vigente, assinale a alternativa correta:

- a) o Presidente da República não pode apresentar Proposta de Emenda Constitucional.
- b) a Constituição já prevê indenização justa e prévia, em dinheiro, em todos os casos de desapropriação, logo, a PEC deveria ter sido arquivada.
- c) não é possível alterar matéria relacionada ao direito de propriedade, por se tratar de direito fundamental.
- d) o Presidente da República não pode promulgar Emenda Constitucional.

Questão 13

Em um jornal de grande circulação, uma conceituada jornalista publicou uma nota utilizando também os meios eletrônicos, afirmando que uma famosa atriz deixou de estreiar um programa de televisão por estar acima do peso e com celulites, conforme um importante empresário teria revelado à repórter, em sigilo. Indignada, a atriz processou a jornalista, exigindo que ela esclarecesse onde havia obtido a informação. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, e considerando o pedido da atriz na ação judicial, a referida jornalista:

- a) deverá ser obrigada a atendê-lo, em função de a CRF/88 estabelecer que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- b) não será obrigada a atendê-lo, pois a Constituição Federal estabelece que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, devendo a ofendida pleitear o direito de resposta, proporcional ao agravo.
- c) não será obrigada a atendê-lo, pois a Constituição Federal resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) deverá ser obrigada a atendê-lo, em razão de a Constituição Federal assegurar a todos o acesso à informação.

Questão 14

A Assembleia Legislativa do Estado Gama apurou no exercício de sua função de fiscalização que, contrariamente ao informado pelo Executivo (em prestação de contas), o Estado teria deixado de observar o percentual mínimo exigido na aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde. A oposição ao governo estadual alegou haver no caso razões para intervenção da União no

referido Estado. Nesse sentido, de acordo com o caso acima, a decretação da intervenção é em tese:

- a) cabível, devendo o decreto ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa no prazo de 24 horas, salvo se a suspensão do ato impugnado bastar ao restabelecimento da normalidade.
- b) cabível, e dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- c) descabida, uma vez que, embora o Estado não tenha observado a aplicação do mínimo exigido da receita estadual nas ações e serviços públicos de saúde, essa hipótese não enseja a decretação de intervenção federal.
- d) cabível, e dependerá de solicitação do Poder Legislativo do referido Estado ao Presidente da República.

Questão 15

A Empresa Beta ajuizou ação visando à anulação de penalidade que lhe havia sido imposta por órgão da Administração federal, sob a alegação de que a lei em que tal penalidade foi prevista resultara de projeto que, após aprovado com alterações substanciais pela Casa legislativa revisora, teria seguido diretamente à sanção presidencial, sem antes retornar à Casa inicial, razão pela qual seria formalmente inconstitucional. A ação foi julgada procedente em primeira instância, com fundamento na inconstitucionalidade da lei em que prevista a penalidade. Tendo sido interposto recurso, o processo aguarda julgamento por órgão fracionário do Tribunal Regional Federal (TRF) respectivo. Com base no caso apresentado assinale a alternativa correta:

- a) houve, de fato, irregularidade no trâmite do projeto de lei, possuindo os órgãos judiciais competência para reconhecer incidentalmente a inconstitucionalidade da lei, embora no âmbito do TRF a declaração de inconstitucionalidade dependa como regra de decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal ou de seu órgão especial.
- b) embora tenha havido irregularidade no trâmite do projeto legislativo, a sanção presidencial teria o condão de convalidá-la, não havendo que se falar por esse motivo em inconstitucionalidade da lei, possuindo o TRF competência para reconhecer sua constitucionalidade, desde que observada a cláusula de reserva de plenário.
- c) embora tenha havido irregularidade no trâmite do projeto legislativo, não compete aos órgãos judiciais declarar em caráter incidental a inconstitucionalidade formal da lei, o que somente se admite em sede de controle concentrado, exercido por meio de ação direta de competência originária do STF.
- d) houve, de fato, irregularidade no trâmite do projeto de lei, possuindo os órgãos judiciais competência para afastar a aplicação da lei ao caso concreto, inclusive órgão fracionário do TRF, desde que não declare sua inconstitucionalidade.

Questão 16

Um grupo de estudos sobre a liberação total do aborto tem encontros semanais numa praça do município X, no qual constroem debates e discussões acerca do assunto. Certo dia, decidiram fazer uma manifestação no local e notificaram as autoridades sobre a realização desta. No mesmo dia, um grupo conhecido na cidade por ser radicalmente contra o aborto, resolveu ir ao local para também se manifestar, sem informar as autoridades, numa clara tentativa de frustrar o livre manifesto do outro grupo. Assim, segundo o entendimento, assinale a alternativa correta:

- a) O grupo pró aborto tem o direito à livre manifestação, pois houve o comunicado prévio às autoridades. Por outro lado, o grupo que é contrário ao aborto está desrespeitando a Constituição, uma vez que não fez tal comunicado e ainda busca frustrar manifestação anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) O grupo que busca se manifestar a favor do aborto deverá ter em mãos a autorização do órgão responsável para garantir seu direito de se manifestar de maneira pacífica.
- c) Os dois grupos não terão direito de se manifestar, pois a inércia ou o mero comunicado às autoridades não gera o direito de se manifestar, sendo necessária uma autorização prévia do órgão competente.
- d) O grupo contrário ao aborto poderá aparecer de qualquer forma na praça, pois a manifestação de opiniões e vontades é livre, de acordo com a Constituição Federal.

Questão 17

Fernando, Promotor de Justiça há sete anos, desde criança sempre sonhou em ser magistrado. Com relação à participação dos membros do Ministério Público na composição dos tribunais, conforme previsão constitucional, em especial no que diz respeito ao possível caminho a ser percorrido para que seu sonho se concretize, é correto afirmar que:

- a) Fernando poderá, através do quinto constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal após completar cinco anos de carreira ministerial.
- b) Fernando poderá, através do terço constitucional, após completar dez anos de carreira ministerial, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- c) Fernando poderá, através do quinto constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, independentemente do tempo de carreira ministerial.
- d) Fernando poderá, através do terço constitucional, concorrer à vaga reservada ao Ministério Público para ocupar o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, mesmo exercendo o cargo de Promotor de Justiça, desde que tenha mais de cinco anos de carreira.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

O Dia Internacional de Apoio às vítimas de Tortura é celebrado no dia 26 de junho, tendo sido criado pela ONU para combater a violência praticada pelos órgãos repressivos do poder público. Apesar da data ser comemorada há pouco mais de 20 anos, a vedação à tortura remonta desde muito tempo, havendo, inclusive, a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Sobre este relevante instrumento, é correto afirmar que:

- a) A Convenção contra a Tortura permite que determinadas situações, a exemplo de ameaça ou guerra, possam ser justificadoras de sua prática.
- b) Os Estados devem adotar medidas eficazes a fim de impedir a prática de atos de tortura em qualquer território sob sua jurisdição; tais medidas devem ser de caráter legislativo, administrativo judicial ou de qualquer outra natureza.
- c) Se João, hierarquicamente subordinado a Rubens, praticar atos de tortura em estrito cumprimento às ordens recebidas, estará isento de pena.
- d) A tortura restará configurada ainda que as dores e sofrimentos sejam consequência de sanções legítimas ou que sejam inerentes a tais sanções.

Questão 19

Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel, acabando com a escravidão no Brasil. A Lei completou recentemente 132 anos e a advogada Maria Júlia, descendente de escravos, decidiu escrever um artigo de opinião para o jornal de sua cidade. Antes de apresentar os dados mais recentes, a advogada decidiu fazer um histórico sobre a proteção à liberdade individual, fazendo menção, inclusive, ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP). Desse modo, é correto que:

- a) O PIDCP proíbe tanto a escravidão quanto o tráfico de escravos em todas as suas formas.
- b) Embora ninguém possa ser submetido à escravidão, o PIDCP permite a submissão à servidão.
- c) Caso alguém fosse compelido a exercer um serviço em caso de emergência ou de calamidade, que ameacem o bem-estar da comunidade, estaria passando por uma forma de escravidão moderna.
- d) É considerado como trabalho forçado ou obrigatório aquele exigido de um indivíduo que tenha sido encarcerado em cumprimento de decisão judicial.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Sobre o auxílio direto na cooperação internacional, é incorreto afirmar:

- a) O auxílio direto pode ser utilizado para obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos, inclusive os finalizados
- b) Por meio do pedido de auxílio direto é possível realizar a colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira.
- c) A solicitação de auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado à autoridade central, cabendo ao Estado requerido assegurar a autenticidade e a clareza do pedido.
- d) O Ministério Público poderá requerer em juízo a medida solicitada pela via do auxílio direto passivo, nos casos em que for autoridade central.

Questão 21

Em 14 de dezembro de 2009 foi promulgada a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, por meio do Decreto nº 7.030.

Tendo por base os dispositivos da Convenção, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Uma parte pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado.
- b) Em virtude de suas funções e independentemente da apresentação de plenos poderes, são considerados representantes do seu Estado os Chefes de Estado, os Chefes de Governo e os Ministros das Relações Exteriores, para a realização de todos os atos relativos à conclusão de um tratado.
- c) Um Estado pode, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, formular uma reserva, a não ser que a reserva seja proibida pelo tratado;
- d) Um tratado não cria obrigações nem direitos para um terceiro Estado sem o seu consentimento.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

O Estado B, novo Estado da Federação, resultante de desmembramento do Estado A, tem dificuldade de instituir, cobrar e fiscalizar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em todos os seus 300 municípios. Por isso decidiu delegar poder a esses seus Municípios para que o instituíssem, realizassem a cobrança e promovessem a fiscalização e administração do referido tributo, impondo a tais Municípios o dever de repassar 50% das quantias arrecadadas ao Estado. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) Trata-se de delegação de competência tributária, somente, expressamente autorizada pelo Código Tributário Nacional.
- b) Trata-se de delegação de capacidade tributária ativa, somente, expressamente autorizada pelo Código Tributário Nacional.
- c) De acordo com o Código Tributário Nacional, o Estado poderia ter delegado somente o poder de realizar atos de fiscalização e arrecadação do tributo.
- d) Somente os poderes de instituir e de realizar atos de fiscalização e arrecadação de tributo são delegáveis.

Questão 23

O Governo Federal publicou, no ano de 2019, um Decreto que aumentou a alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de comercialização de petróleo e seus derivados (CIDE/Combustíveis). O referido Decreto previu que o aumento já valeria para aquele mesmo exercício financeiro. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A majoração da alíquota da CIDE/Combustíveis não pode se dar por meio de Decreto e não pode ser exigida no mesmo exercício financeiro em que publicado o aumento.
- b) A majoração da alíquota da CIDE/Combustíveis não pode se dar por meio de Decreto e pode ser exigida no mesmo exercício financeiro em que publicado o aumento.
- c) A majoração da alíquota da CIDE/Combustíveis pode se dar por meio de Decreto e pode ser exigida no mesmo exercício financeiro em que publicado o aumento.
- d) A majoração da alíquota da CIDE/Combustíveis pode se dar por meio de Decreto e não pode ser exigida no mesmo exercício financeiro em que publicado o aumento.

Questão 24

Por força de lei estadual, uma fábrica montadora de automóveis recolheu, em lugar de uma concessionária de automóveis, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido na venda dos veículos ao consumidor final, incluindo o valor total do ICMS recolhido na nota fiscal emitida para a concessionária, sendo tais valores repassados ao consumidor no preço final dos automóveis. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A fábrica montadora de automóveis é responsável tributária por transferência.
- b) A fábrica montadora de automóveis é responsável tributária por substituição.
- c) O consumidor final é contribuinte de direito do ICMS.
- d) A substituída é contribuinte de fato do ICMS.

Questão 25

Determinado Município concedeu, por meio de lei, anistia tributária quanto às infrações relacionadas ao Imposto sobre Serviços (ISS) de sua competência. Sobre a anistia concedida limitadamente, encontram-se corretas as afirmativas abaixo, exceto:

- a) É hipótese de exclusão do crédito tributário.
- b) Pode ser instituída relativamente às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante.
- c) Pode ser instituída relativamente a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- d) Não pode ser instituída sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder.

Questão 26

Objetivando diminuir os impactos sociais da grave crise econômica decorrente da pandemia pela COVID-19, o Congresso Nacional votou e aprovou e o Presidente da República sancionou lei concedendo isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a venda de gêneros alimentícios de primeira necessidade, como arroz, feijão, macarrão etc. Sobre a hipótese, é correto afirmar que a União:

- a) Não pode instituir isenção relativa a esse tributo.
- b) Pode instituir isenção relativa a esse tributo.
- c) Pode instituir isenção relativa a esse tributo até mesmo por meio de Medida Provisória.
- d) Pode instituir isenção relativa a esse tributo desde que autorizada pelo CONFAZ - Conselho Fazendário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

Sobre as diretrizes constitucionais da política de desenvolvimento urbano, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro, sem ressalvas, por expressa determinação constitucional.
- b) Jamais haverá qualquer desapropriação pelo Poder Público cuja indenização não seja em dinheiro.
- c) A desapropriação urbanística poderá ser realizada pelo Município em razão do não atendimento da função social da propriedade urbana.
- d) O cumprimento da função social da propriedade urbana dependerá do atendimento às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor do Município, aprovado pelo Senado Federal e obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Questão 28

Durante rebelião em um presídio, Charles, condenado a vinte e oito anos de prisão por diversos crimes, decidiu fugir e, para tanto, matou o presidiário Valmir e o agente penitenciário Vicente. Com referência a essa situação hipotética e à responsabilização da administração, assinale a alternativa correta.

- a) Se a família de Valmir decidir pleitear indenização ao Estado, terá de provar, além do nexo de causalidade, a existência de culpa da administração, pois, neste caso, a responsabilidade do Estado é subjetiva.
- b) O Estado não responde pelos danos causados a presidiários, haja vista a situação periclitante ocasionada pelos próprios detentos.
- c) A família de Valmir poderá pleitear indenização em face do Estado devendo a responsabilização do ente público nestes casos ocorrer de forma objetiva, em razão da falha no dever de guarda do presidiário.
- d) Charles não responderá por quaisquer dos crimes cometidos durante sua fuga porque exerceu seu direito de lutar por sua liberdade.

Questão 29

Em tempos de pandemia, houve temporária permissão legal, por meio de medida provisória, para que as prefeituras realizassem contratações sem a necessidade de prévia licitação, visto a urgência das medidas para atendimento à população.

Em pesquisa feita no portal da transparência do Município T, descobriu-se que um elevado valor foi pago a um escritório de advocacia situado nos Estados Unidos, tendo tal valor supostamente custeado 100 respiradores para atendimento em UTI, sem dar quaisquer explicações sobre o parâmetro dos valores efetivamente pagos.

Em relação a esse fato, é correto afirmar:

- a) a temporária desnecessidade de licitação pública desobriga o gestor a prestar contas, não havendo irregularidade na situação;
- b) a inexigibilidade de licitação pública no ato da compra afasta a aplicação da lei nº 8.666/93;
- c) a grave perturbação da ordem, como é o caso da pandemia, autoriza a dispensa de licitação, já reforçada pela medida provisória, desobrigando o gestor de explicar o preço efetivamente pago no item;
- d) a grave perturbação da ordem, como é o caso da pandemia, autoriza a dispensa de licitação, já reforçada pela medida provisória, mas não afasta a observância à moralidade administrativa.

Questão 30

Em uma repartição pública municipal são feitas, periodicamente, contratações regulares de estagiários, atendendo ao interesse público e também permitindo que o Poder Público contribua para a capacitação dos universitários. Constatou-se, certa vez, que um dos estagiários que atuava em determinado setor vinha cobrando pelo fornecimento de informações e certidões cuja gratuidade é garantida por lei. Os valores coletados, apurou-se, destinavam-se ao uso particular do referido estagiário. Considerando o que dispõe a Lei nº 8.429/1992, o estagiário:

- a) pode ser processado por ato de improbidade, não sendo exigida comprovação de prejuízo ao erário, mas sim da conduta dolosa do autor do ato.
- b) somente poderá ser incurso nas disposições da lei de improbidade se ficar comprovado dolo, o que confere maior rigor para enquadramento como sujeito passivo.
- c) pode ser punido por ato de improbidade, visto que está abrangido pelo conceito de agente público para aquela finalidade, sendo necessária a comprovação de dolo e de prejuízo ao erário.
- d) pode ser punido por ato de improbidade caso tenha ingressado na Administração pública por meio de concurso público e já tenha decorrido o período de estágio probatório, o que lhe conferirá o status de servidor público.

Questão 31

Murilo estacionou seu carro em cima de uma calçada exatamente no rebaixamento que permite a passagem de cadeirantes. O poder público competente, na realização da operação “Motorista Correto” rebocou o veículo de Murilo.

Em relação à narrativa, o ato do poder público é fundamentado na:

- a) discricionariedade, que obriga o agente público a promover o reboque de todos os veículos em igual situação;
- b) autoexecutoriedade, que independe de prévia autorização judicial e participação do particular;
- c) imperatividade, que obriga o poder público a entregar prévia intimação do ato de infração ao particular antes do reboque;
- d) presunção de legitimidade, que não admite prova em sentido contrário, uma vez que o ato foi regularmente documentado.

Questão 32

Em relação às empresas públicas e ao regime de precatórios, assinado a alternativa correta:

- a) nos termos de posicionamento do STF, empresas públicas não podem gozar da possibilidade de pagar débitos judiciais por meio de precatórios, em razão de serem pessoas jurídicas de direito privado.
- b) nos termos de posicionamento do STF, a possibilidade de pagamento por meio de precatório é possibilidade exclusiva das sociedades de economia mista.
- c) nos termos de posicionamento do STF, o regime de precatórios deve ser aplicado às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.
- d) somente é cabível o pagamento por meio de precatório no caso de créditos com valor superior a dez vezes o teto do RPV.

DIREITO AMBIENTAL

Rosenval Júnior

Questão 33

Flávio Moreira, morador do município de Boas Águas, possui uma propriedade rural localizada no bioma cerrado, dentro dos limites da Amazônia Legal, com uma área total de 100 hectares.

Preocupado com a cobertura vegetal de sua propriedade, ele decide procurar orientações na Secretaria de Agricultura de seu município para tirar dúvidas sobre a instituição da reserva legal.

A partir da situação hipotética apresentada acima, qual das alternativas abaixo apresenta uma orientação correta a ser seguida por Flávio, com base na Lei Nº 12.651/12 (Novo Código Florestal), acerca da Reserva Legal.

- a) Flávio deverá manter, a título de Reserva Legal, 45% do seu imóvel.
- b) por se tratar de um imóvel rural, prescinde da instituição da Reserva Legal, bastando apenas delimitar, nos termos da lei, as Áreas de Preservação Permanente.
- c) o registro da Reserva Legal no CAR, por parte de Flávio, obriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis.
- d) Flávio deverá manter, a título de Reserva Legal, 35% do seu imóvel.

Questão 34

Asdrúbal é um militante das causas ambientais e biólogo. Preocupado com as questões ambientais de seu município, ele realiza palestras para a comunidade explicando os reais objetivos das Unidades de Conservação e a importância que as mesmas apresentam para o meio ambiente e para a sociedade.

Um dia, ao conceder uma entrevista a um programa de TV, o apresentador fez uma pergunta sobre as Unidades de Conservação integrantes do grupo de proteção integral.

A partir da situação acima, julgue os itens a seguir, e marque a opção que apresenta uma assertiva correta:

- a) a Reserva Extrativista é uma Unidade de Conservação pertencente ao grupo de preservação permanente.
- b) a Área de Relevante Interesse Ecológico é uma Unidade de Conservação pertencente ao grupo de proteção integral.
- c) a Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma Unidade de Conservação pertencente ao grupo de proteção permanente.
- d) o Monumento Natural é uma Unidade de Conservação pertencente ao grupo de proteção integral.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Constatando a condição culturalmente baixa de Lauro, agricultor em São João da Boa vista, Jair compra uma vaca leiteira de Lauro por R\$ 5.000,00, quando o valor de mercado era o de R\$ 12.000,00. A venda se deu exclusivamente por premente necessidade financeira de Lauro. Essa situação caracteriza

- a) erro por parte de Lauro, em função de sua inexperiência e premente necessidade, anulando-se o negócio jurídico, sem convalidação por se tratar de erro substancial.
- b) estado de perigo, pela premente necessidade de Lauro, que o fez assumir prejuízo excessivamente oneroso, anulando-se o negócio jurídico, sem possibilidade de convalidação.
- c) dolo de oportunidade de Jair, anulando-se o negócio jurídico por ter sido a conduta dolosa a causa da celebração do negócio jurídico, podendo este ser convalidado somente se for pago o valor correto, de mercado, pelo animal.
- d) lesão, pela manifesta desproporção entre o valor do bem e o que foi pago por ele, em princípio anulando-se o negócio jurídico, salvo se for oferecido suplemento suficiente por Jair.

Questão 36

Mariana, de 63 anos e Lucas, de 68 anos, decidem se casar e resolvem, de comum acordo, optar pelo regime de comunhão universal de bens, tendo antes, todavia, estipulado pacto antenupcial por escritura pública para adoção desse regime.

Após dez anos de efetiva união, Mariana e Lucas se arrependem e requerem judicialmente a alteração do regime para o de comunhão parcial de bens.

Em relação às situações apresentadas,

- a) não era possível o pacto antenupcial porque Lucas já tinha mais de 65 anos de idade, o que tornava obrigatório o regime de separação de bens.
- b) embora possível o pacto antenupcial, a alteração do regime de bens escolhido só é possível após 20 anos de casamento, independentemente de autorização judicial.
- c) era possível a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido de ambos os cônjuges, não sendo necessário, neste caso, a especificação das razões ensejadoras da alteração de regime.
- d) era possível a estipulação do regime de bens a ser adotado pelo casal, pois Mariana e Lucas, quando realizaram a opção, não haviam atingido 70 anos de idade.

Questão 37

Laís e Jorge, ambos com 21 anos, resolvem se casar. Logo após completarem um ano de casamento, Laís dá à luz a gêmeos.

Contudo, o casamento não resiste à dura rotina de criação dos dois recém-nascidos. Laís e Jorge separam-se quando as crianças completam um ano de idade e ambas as crianças vão morar com a mãe e os avós maternos.

Laís, em pouco tempo, casa-se novamente. Jorge, em busca de um melhor emprego, muda-se para a cidade vizinha.

A respeito da guarda dos filhos, com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A guarda dos filhos deve ser atribuída preferencialmente, de forma unilateral, à mãe.
- b) Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos será dividido de forma matemática entre o pai e a mãe.
- c) Em se tratando de guarda compartilhada, deverá ser considerada como base de moradia dos filhos a cidade que melhor atender os interesses das crianças.
- d) O ex-cônjuge que se casar novamente, perderá o direito de conviver com os filhos permanentemente.

Questão 38

Eliana, adolescente com 16 anos de idade, decidiu criar um canal em uma plataforma on-line, para publicar vídeos de paródias musicais.

O canal tornou-se um sucesso, atraindo multidões de jovens seguidores e despertando o interesse de vários patrocinadores, que começaram a procurar a jovem, propondo contratos de publicidade. Para facilitar as atividades da jovem, seus pais, apesar de ainda arcarem com o sustento de Eliana, decidiram emancipá-la, o que permitirá que celebre negócios com futuros patrocinadores com mais agilidade.

Sobre o ato de emancipação de Eliana por seus pais, assinale a afirmativa correta.

- a) Depende de homologação judicial, tendo em vista o alto grau de exposição que a adolescente tem na internet.
- b) Não tem requisitos formais específicos, podendo ser concedida por instrumento particular.
- c) Deve, necessariamente, ser levado a registro no cartório competente do Registro Civil de Pessoas Naturais.
- d) É nulo, pois ela apenas poderia ser emancipada caso já contasse com economia própria, o que ainda não aconteceu.

Questão 39

O contrato de fiança é um pacto acessório, pelo qual uma pessoa garante satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra. Dadas essas características,

- a) somente as dívidas já existentes podem ser objeto de fiança, podendo-se demandar o fiador ainda que ilíquida a obrigação do devedor principal.
- b) o fiador poderá exonerar-se da fiança que tiver assinado sem limitação de tempo, sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança, durante sessenta dias após a notificação do credor, conforme o Código Civil.
- c) a fiança só pode ser estipulada com o consentimento do devedor.
- d) a fiança deve ser de valor igual ou superior ao da obrigação principal, dada sua natureza de garantia.

Questão 40

Larissa Manoela propôs ação de usucapião extraordinária em uma das varas cíveis da comarca de Campinas-SP.

Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) a sentença servirá de título para registro no cartório de imóveis, em caso de procedência da ação.
- b) a petição inicial deve conter comprovação dos requisitos de boa-fé e do justo título de Larissa Manoela.
- c) o requisito temporal não pode ser completado no curso do processo, em nenhuma hipótese.
- d) o juiz deverá verificar se o autor comprovou a posse ininterrupta por pelo menos cinco anos.

Questão 41

Os alimentos gravídicos

- a) dependem de prova da paternidade para a aferição da legitimidade passiva do devedor dos alimentos.
- b) devem ser automaticamente convertidos em pensão alimentícia em favor do recém-nascido, independentemente de pedido expresso ou de pronunciamento judicial.
- c) por se tratar de alimentos deferidos com base em juízo de probabilidade, não autorizam a prisão civil do devedor.
- d) deve ser fixado diante de mero indício de gravidez.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Jean Pierre, francês, é casado com Maria Rita, brasileira. Logo que contraíram matrimônio foram morar em Paris e, para não perder o vínculo com a família, todos os anos visitam os parentes de Maria Rita em Salvador. Numa das viagens, conheceram Júlia, criança recém-nascida, cuja mãe, Isaura, já demonstrou interesse entregar a filha para adoção por não dispor de recursos materiais para prover sua subsistência. Com base nessa breve narrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Isaura poderá entregar Júlia diretamente para Jean Pierre e Maria Rita e submeter o processo de adoção à homologação da autoridade judiciária competente.
- b) A falta ou carência de recursos materiais de Isaura constitui motivo suficiente para a perda do poder familiar que, neste caso, dispensa decretação judicial.
- c) O estágio de convivência de Júlia com Jean Pierre e Maria Rita será de, no mínimo, 30 dias e, no máximo, 45 dias, sendo prorrogável por igual período.
- d) O estágio de convivência poderá ser cumprido na comarca de residência de Júlia ou em Paris, onde morará futuramente com Jean Pierre e Maria Rita.

Questão 43

Arthur e Pedro são dois irmãos de 15 anos e, em razão da pandemia causada pelo Covid-19, decidiram trabalhar para ajudar os pais, vendedores ambulantes, que tiveram uma queda brusca no faturamento mensal. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- a) Os irmãos poderão trabalhar na cozinha de uma lanchonete que faz entregas delivery nas madrugadas.
- b) Já que são menores de idade, Arthur e Pedro poderão trabalhar, sendo-lhes assegurados todos os direitos trabalhistas, mas sem qualquer amparo previdenciário.
- c) Se Arthur fosse portador de alguma deficiência só poderia trabalhar após atingir a maioridade civil.
- d) Arthur e Pedro, após o término da pandemia, poderão continuar trabalhando, desde que o horário e o local não prejudiquem a sua frequência à escola.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Pedro finalmente conseguiu realizar a viagem de seus sonhos: Brasil -> Chile. Após longo passeio, retornou do aeroporto da capital chilena diretamente para Brasília. Porém, sua alegria durou pouco: após muito esperar no carregamento das bagagens, percebeu que suas malas haviam sido extraviadas. Desesperado, Pedro lhe pede assessoria jurídica, devendo este receber a informação correta de que:

- a) não caberá indenização no caso de extravio de bagagens, visto que não há qualquer responsabilidade por parte da empresa aérea;
- b) terá plena aplicação do Código de Defesa do Consumidor, visto que a relação entre Pedro e a empresa aérea é de consumo;
- c) deverá ser aplicada a Convenção de Varsóvia, visto ser o caso de voo internacional;
- d) o Poder Judiciário brasileiro é incompetente para julgar a causa, devendo esta ser julgada pelo Chile, ainda que reste comprovado a ocorrência do vício na prestação do serviço em solo brasileiro

Questão 45

Foi veiculada em rede nacional uma propaganda de refrigerante na qual o mascote da marca aparece brincando com crianças e dando “dicas” de saúde, tais como se proteger do sol com protetor solar e tomar muito líquido. Logo após sugerir a grande ingestão de líquido, é mostrado um garoto tomando o referido refrigerante.

Em relação à referida propaganda, é possível concluir que:

- a) trata-se de propaganda abusiva, visto que leva a erro o consumidor quanto à qualidade do refrigerante como um bom meio para se hidratar;
- b) trata-se de propaganda enganosa, visto que tem por finalidade aproveitar a deficiência de experiência e julgamento das crianças para que consumam mais refrigerantes da própria marca;
- c) trata-se de propaganda abusiva, pois se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança para induzir as mesmas a consumir os refrigerantes da marca;
- d) trata-se de publicidade correta, inexistindo óbice à sua veiculação.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Sobre a teoria geral da empresa, assinale a alternativa correta.

- a) A figura de empresário individual foi extinta com a Lei no 12.441/11, que instituiu a EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada).
- b) O código civil em seu artigo 968, Item I, trata da inscrição do empresário e seu requerimento, o qual determina que necessariamente deve conter seu sexo.
- c) Empresário é o sócio de empreendimento ou empreendedor individual registrado como pessoa jurídica.
- d) Considera-se juridicamente empresa a atividade economicamente organizada exercida pelo empresário.

Questão 47

A respeito da empresa individual de responsabilidade limitada, assinale a opção correta.

- a) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada pode figurar em outras pessoas dessa espécie.
- b) As regras previstas para as sociedades limitadas aplicam-se, no que couber, à empresa individual de responsabilidade limitada.
- c) É a pessoa jurídica com um só sócio que exerce atividade econômica para produção ou circulação de bens ou serviços, de maneira habitual e com intuito de lucro.
- d) A EIRELI pode ser representada nos atos negociais por seu administrador nomeado pelo sócio majoritário.

Questão 48

De acordo com os preceitos estabelecidos pelo vigente Código Civil, em relação à sociedade em conta de participação, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade em conta de participação com a inscrição do seu contrato social no registro competente, adquire personalidade jurídica.
- b) A atividade prevista pelo objeto social é desenvolvida exclusivamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- c) A sociedade em conta de participação é dissolvida de pleno direito em caso de falência do sócio participante.
- d) O sócio oculto tem responsabilidade ilimitada pelas obrigações sociais.

Questão 49

Conforme dispõe o Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), a sociedade simples se constitui mediante contrato escrito, particular ou público, e nos trinta dias subsequentes à sua inscrição a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no

- a) Registro de Imóveis de sua sede se houver bens imóveis compondo o capital social.
- b) Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- c) Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do sócio administrador.
- d) Registro Civil de Pessoas Naturais do domicílio do sócio administrador.

Questão 50

Com relação à Teoria Geral do Direito Cambiário assinale a alternativa correta.

- a) O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei.
- b) O título de crédito, incompleto ao tempo da emissão, não pode ser preenchido posteriormente e por isso é irrelevante a conformidade com os ajustes realizados entre as partes.
- c) Considera-se lugar de emissão e de pagamento, quando não indicado no título, o domicílio do avalista.
- d) Não se considera válido e eficaz o título de crédito em que não conste data de vencimento expressa nele próprio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

O advogado Francisco sempre foi muito engajado em causas sociais e decidiu que, aos sábados, abria o escritório para oferecer atendimento gratuito à população carente que o procurasse. Certo dia, o jardineiro Marcelo adentrou à sala do causídico muito apreensivo pois estava sendo demandado judicialmente para ser reconhecido como pai de uma criança. Marcelo explicou todo o contexto fático e adiantou que não teria como pagar nada pois o valor que ganhava era extremamente baixo e mal cobria suas despesas ordinárias. Pacientemente, Francisco explicou a Marcelo que:

- a) O pedido de gratuidade da justiça deve ser formulado exclusivamente na petição inicial, quando requerido pelo autor, ou na contestação, quando pleiteado pelo réu, sob pena de preclusão.

- b) A comprovação da alegação de insuficiência deve ser feita por meio de extratos bancários, recibos de pagamentos e demais documentos que possam explicitar a situação financeira de Marcelo.
- c) A gratuidade da justiça compreende as taxas ou custas judiciais e, inclusive, as despesas com a realização do exame de DNA.
- d) A gratuidade da justiça, além de dispensar o pagamento de diversas despesas processuais, dispensa o pagamento por eventuais multas processuais que possam ser impostas a Marcelo.

Questão 52

Indignado por ter seu nome negativado junto a um órgão de proteção ao crédito, Pedro decide entrar com uma ação indenizatória contra a empresa de telefonia móvel. Recém-aprovado no Exame da Ordem, esta será sua primeira ação, de modo que:

- a) Pedro deverá declarar, na petição inicial da ação indenizatória, o seu endereço para recebimento de intimações, sendo dispensado o seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil pois esta informação é presumida.
- b) Não há necessidade de comunicar ao juízo qualquer mudança de endereço pois o acompanhamento dos atos processuais é feito por meio eletrônico.
- c) Caso Pedro não cumpra com qualquer dos requisitos, o juiz indeferirá a petição inicial.
- d) Em caso de descumprimento dos requisitos, o juiz ordenará que a omissão será suprida no prazo de 5 dias, antes de determinar a citação do réu.

Questão 53

Na fase de cumprimento de sentença, uma empresa deixa transcorrer *in albis* o prazo para pagamento voluntário do débito. Sabendo que os sócios proprietários são conhecidos pelo luxo que ostentam, o advogado da parte decide pleitear a desconsideração da personalidade jurídica para que seja atingido o patrimônio particular dos sócios e garantido o pagamento do débito. Considerando a situação exposta, pode-se afirmar que:

- a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica poderá ser instaurado de ofício pelo magistrado caso restasse evidente que os sócios estavam fazendo uso de meios ilícitos para não adimplir o débito.
- b) O pedido de desconsideração poderá ser feito pela parte ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, devendo ser observados os pressupostos previstos em lei.
- c) Não é possível pleitear a desconsideração da personalidade jurídica na fase de cumprimento de sentença ou de execução de título executivo extrajudicial, ficando restrita à fase de conhecimento.
- d) Instaurado o incidente, o juiz decidirá *inaudita altera pars* sobre a desconsideração.

Questão 54

Uma garantia processual relevante, com previsão constitucional e infraconstitucional, diz respeito à imparcialidade do juiz, consubstanciada no princípio do juiz natural. Assinale a alternativa que apresenta uma situação em que tal atributo restará prejudicado:

- a) Não há qualquer vedação que Paulo crie um fato superveniente a fim de caracterizar o impedimento do juiz Pedro, pois o impedimento e a suspeição devem ser verificados quando do início da ação.
- b) Não há qualquer óbice que o juiz José Roberto conduza o processo em que figura como parte uma universidade com a qual ele tem relação de emprego, desde que a causa não verse sobre questões trabalhistas.
- c) A juíza Maria da Glória deverá declarar-se suspeita caso o autor seja devedor do seu marido, o vereador Pablo Inácio.
- d) A juíza Rita Bonifácia deverá declarar-se impedida de atuar na causa em que seu melhor amigo, Roberto José, seja réu.

Questão 55

O escritório de advocacia “Law & Order Advogados Associados” adota, internamente, a preferência por calendarização dos atos processuais. Os sócios entendem que, dessa forma, podem organizar melhor suas agendas e ter controle total do trâmite processual. Sobre essa prática, assinale a alternativa correta:

- a) O calendário processual deve ser estipulado entre as partes, sem qualquer participação do juiz.
- b) Partes e juiz estarão vinculados ao calendário, mas os prazos poderão ser modificados sempre que necessário.
- c) Havendo calendarização, dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou realização de audiência, cujas datas já estejam designadas no calendário.
- d) Estabelecidos os prazos, o Código de Processo Civil veda a sua modificação.

Questão 56

O estagiário Lucas estava habituado a acrescentar em suas petições ou contestações: “*Pretende comprovar todo o exposto por meio de todas as provas admitidas em direito.*” No entanto, ao receber instruções sobre como proceder em um caso específico, o seu chefe o orientou a pleitear a inversão do ônus da prova. Lucas ficou constrangido em dizer que não tinha domínio sobre o tema e apenas meneou com a cabeça. Ao estudar sobre o assunto, Lucas aprendeu que:

- a) Poderá haver inversão do ônus probatório nos casos previstos pela própria lei ou diante de peculiaridades da causa relacionada à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo.

- b) Caso seja determinada a inversão do ônus da prova, a parte responsável não poderá se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído, devendo cumprir com a determinação judicial.
- c) Não é possível que as partes convençionem sobre a distribuição da prova.
- d) Eventual convenção entre as partes sobre a distribuição do ônus probatório deverá ser estabelecida antes da instauração do processo.

Questão 57

Marília foi intimada da sentença precedente que reconhecia a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Caso a causídica decida pelo cumprimento provisório da sentença, deverá estar atenta à seguinte regra:

- a) o executado não dispõe de qualquer meio de defesa.
- b) caso o executado compareça e deposite o valor, visando isentar-se da multa, o recurso interposto ficará sem efeito.
- c) o cumprimento provisório corre por iniciativa e responsabilidade do exequente, inclusive devendo reparar os danos que o executado haja sofrido, caso a sentença seja reformada.
- d) eventual levantamento de depósito em dinheiro poderá ser feito, independentemente de prestação de caução.



Estratégia
DIREITO PENAL
OAB

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Durante violenta troca de tiros com policiais, Ricardo conhecido traficante local atingiu o policial civil Rodrigo, sendo que, por se tratar de arma de grosso calibre, o mesmo projétil atravessou a vítima e também atingiu Priscila, jovem moradora da comunidade “*Trabalha que vai*” onde a operação policial ocorria, provocando assim a morte de ambos.

Nesse caso, considerando-se que Ricardo não pretendia matar nem lesionar Priscila, que era amiga de sua namorada, o traficante :

- a) responderá por dois homicídios, sendo a hipótese de concurso formal imperfeito.
- b) responderá apenas por um homicídio, pois não agiu com dolo em relação ao segundo.
- c) responderá por dois homicídios dolosos, pois a hipótese é de concurso material.
- d) responderá pelos dois homicídios, sendo a hipótese de concurso formal perfeito.

Questão 59

Ivan, querendo matar Rosenval, seu antigo desafeto, desferiu 6 tiros com seu revólver .38 contra a vítima, esgotando assim, segundo seu entendimento, todos os meios a seu alcance para consumar a infração penal, já que não possuía mais munição para sua arma. Porém, Rosenval milagrosamente sobrevive mas sofre lesões corporais graves, sendo que, sua morte somente deixou de ocorrer por circunstâncias alheias à vontade de Ivan, que acreditava ter obtido seu intento quando se ausentou do local do crime. De acordo com os fatos narrados, pôde-se afirmar que houve hipótese conhecida como:

- a) tentativa imperfeita ou inacabada.
- b) crime de consumação equivocada
- c) crime falho ou de tentativa perfeita.
- d) tentativa branca ou incruenta.

Questão 60

Igor, pretendendo matar sua esposa Daniela, para ficar com sua amante Vanessa, arma-se com uma pistola .40 e fica de tocaia esperando a saída de sua bela esposa do supermercado chamado “Preço matador”. Entretanto, ao efetuar o disparo em direção de Daniela, Igor erra o alvo e atinge letalmente sua amante Vanessa que, por ciúmes de seu amante, coincidentemente estava seguindo Daniela naquele dia.

Neste caso, pode-se afirmar que Igor:

- a) responderá por homicídio doloso, mas sem a incidência da agravante de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, “e”, do Código Penal).
- b) não responderá por crime algum
- c) responderá por tentativa de homicídio.
- d) responderá por homicídio doloso, agravado pelo fato de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, “e”, do Código Penal).

Questão 61

Alessandro, desejando lesionar seu desafeto Paulo, desferiu contra ele um violento soco no rosto. Paulo, é imediatamente socorrido por terceiros que passavam no local, sendo é transportado às pressas ao hospital municipal, onde vem a falecer no mesmo dia, em razão de uma parada cardíaca sofrida durante a cirurgia de reparação da fratura óssea causada em seu nariz.

De acordo com os fatos narrados, podemos afirmar que Alessandro responderá pelo crime de:

- a) homicídio doloso consumado

- b) lesão corporal dolosa seguida de morte
- c) lesão corporal dolosa em concurso com o crime de homicídio culposo
- d) lesão corporal dolosa grave apenas.

Questão 62

Hans Zen Wall, turista holandês nascido no Tibet, e que veio ao Brasil para as férias meditando na cidade de Visconde de Mauá, ao passar pela cidade do Rio de Janeiro antes de seu destino final, resolveu passar de bicicleta na lagoa Rodrigo de Freitas, e no intento de já ir começando seus trabalhos de meditação, Hans Zen Wall passou a fumar um enorme cigarro de maconha, acreditando se tratar de uma conduta lícita, e permitida, como ocorre no país em que vive.

Nesta hipótese, segundo a doutrina penal, a melhor tese defensiva a seu usada em favor de Hans Zen Wall seria alegar:

- a) um erro de tipo permissivo e ausência de culpabilidade
- b) um erro de tipo, incidente sobre a elementar do tipo penal
- c) um erro de proibição e ausência de culpabilidade
- d) erro de execução na conduta típica

Questão 63

Diego e Ivan, sem saber da existência um do outro, resolvem que vão matar Alessandro, para isso se por pura coincidência, no mesmo dia posicionam cada um numa esquina da rua onde ele mora e, pela manhã, atiraram simultaneamente contra a vítima, que em razão dos disparos vem a falecer. Realizado o exame cadavérico, não se pôde constatar qual dos dois projéteis fora responsável pelo resultado morte causado. Neste caso, Diego e Ivan responderão:

- a) ambos por homicídio doloso consumado.
- b) homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, respectivamente.
- c) homicídio doloso e homicídio culposo, respectivamente.
- d) ambos apenas por homicídio doloso tentado

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

À luz da lei que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A competência do juizado será determinada pelo local da prática da conduta descrita no tipo penal.

- b) A citação será pessoal e se fará no próprio juizado.
- c) O instituto da transação penal pode ser concedido pelo juiz sem a anuência do Ministério Público.
- d) Tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

Questão 65

Um agente da Polícia Federal praticou um crime no interior de uma autarquia federal. Você, como advogado do policial, toma ciência de que o processo crime está em trâmite perante a 1ª Vara Criminal da Justiça Estadual. As decisões proferidas por este juiz estadual são:

- a) inexistentes.
- b) absolutamente nulas.
- c) relativamente nulas, pois a parte não alegou o vício na primeira oportunidade.
- d) irregulares diante do monopólio estatal de resolução conflitos. A) agiu corretamente, pois a confissão do réu é a rainha das provas, deixando a perícia em segundo plano.

Questão 66

A única juíza criminal da Comarca de Xiririca da Serra está em dúvida se poderá ou não atuar, diante da seguinte situação de impedimento:

- a) Ser amiga íntima da ré.
- b) Ter aconselhado a ré sobre o que pedir.
- c) For credora da ré.
- d) Já ter atuado como delegada que investigou o mesmo fato, dois anos antes.

Questão 67

Presidente da República, por meio de suas redes sociais, toma ciência de que foi ofendido por escrito por um dissidente político, com os seguintes dizeres: “você é um idiota”. Consternado, o presidente deverá pedir auxílio, em busca da responsabilidade criminal de seu agressor, para:

- a) Presidente do STF.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Procurador Geral da República.
- d) Advogado-Geral da União - AGU.

Questão 68

Assinale a alternativa correta a respeito da Lei Maria da Penha:

- a) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- b) Será aplicável o princípio da insignificância nos crimes contra a mulher em que a lesão for de natureza levíssima
- c) A lei somente criminaliza a violência física, violência emocional e violência psicológica.
- d) Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da lei 11.340/2006, lei Maria da Penha, exige-se a coabitação entre autor e vítima.

Questão 69

Trata-se de modalidade ILÍCITA de prisão em flagrante

- a) Flagrante diferido
- b) Flagrante ficto
- c) Flagrante esperado
- d) Flagrante preparado

Estratégia
OAB

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Plutão, empregado da Construtora Piramidal Olímpica S/A, foi convocado e prestou o serviço militar compulsório. Nesse caso, sobre a suspensão do período aquisitivo de férias durante o período correspondente à prestação de serviço militar obrigatório, é correto afirmar:

- a) Haverá suspensão, desde que ele retorne ao emprego nos 90 dias seguintes à cessação do serviço militar obrigatório.
- b) Haverá suspensão, desde que ele compareça ao estabelecimento no prazo de 60 dias, contados da data em que se verificar sua baixa.
- c) Não haverá suspensão, porque não há previsão legal para suspensão de período aquisitivo de férias, mas apenas de interrupção.
- d) A suspensão depende de haver previsão em norma coletiva da categoria, porque não há previsão legal para esta suspensão.

Questão 71

Dalia prestou serviços suplementares com habitualidade para sua empregadora, a empresa XPTO, durante 15 meses consecutivos. Conforme jurisprudência sumulada do TST, neste caso, a supressão parcial pelo empregador deste serviço suplementar

- a) não assegura a Dalia qualquer direito a indenização uma vez que a supressão foi parcial e não total.
- b) não assegura a Dalia qualquer direito a indenização uma vez que se trata de serviço suplementar.
- c) assegura a Dalia o direito a indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas parcialmente.
- d) assegura a Dalia o direito a indenização correspondente ao valor de dois meses das horas suprimidas parcialmente.

Questão 72

A empresa onde Orpheu trabalha pretende incrementar sua linha de produção, oferecendo a ele a participação em curso de qualificação profissional, com duração de quatro meses, conforme previsão contida em convenção coletiva de trabalho. Orpheu assinou documento concordando com a oferta de seu empregador. Nessa situação, preenchidos os requisitos legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, o contrato de trabalho ficará

- a) suspenso, não fazendo jus ao pagamento de salários durante o período de afastamento.
- b) interrompido, fazendo jus ao pagamento de salários durante o período de afastamento.
- c) suspenso, sem o pagamento de salários durante o período de afastamento, mas com uma ajuda de custo de 50% do valor do salário, conforme previsão legal.
- d) interrompido, tendo direito legal a ajuda compensatória mensal no valor das refeições, despesas com transporte e 50% do valor do salário durante o afastamento.

Questão 73

A empregada Maria Joaquina trabalhou na escola de educação infantil Pequeno Polegar como instrutora de dança contemporânea e jazz. Nos intervalos das aulas, Maria Joaquina acessava sites pornográficos em seu celular e praticava atos libidinosos com o porteiro da escola no banheiro dos funcionários. Além disso, Maria Joaquina frequentemente fumava em local proibido onde havia risco de incêndio e placas de sinalização proibitivas. Tais atitudes podem ser consideradas figuras de justa causa, respectivamente, nas modalidades:

- a) desídia; incontinência de conduta.
- b) incontinência de conduta; insubordinação.

c) improbidade; incontinência de conduta.

d) incontinência de conduta; indisciplina.

Questão 74

Lucas vendeu sua parte na sociedade Posto de Gasolina Boa Viagem Ltda. em 17/12/2017, data em que foi feita a averbação da modificação do contrato. Tendo em vista a responsabilidade do sócio retirante e esgotados os meios de execução da pessoa jurídica e dos sócios atuais, responde

a) solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

b) subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período dos últimos dois anos em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

c) solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período dos últimos dois anos em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

d) subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

Questão 75

Priscilinha busca ser indenizada, em sede de Reclamação Trabalhista, pelos danos extrapatrimoniais sofridos no ato de sua dispensa pela empresa “Mundo da Moda” Ltda.

Diante do exposto, se julgado procedente o pedido de danos extrapatrimoniais, o juízo fixará a indenização a ser paga para Priscilinha, em observância aos seguintes parâmetros:

a) ofensa de natureza leve, até cinco vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

b) ofensa de natureza média, até dez vezes o último salário contratual do ofendido.

c) ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido.

e) ofensa de natureza grave, até vinte vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Na Justiça do Trabalho, assegura(m)se às empresas públicas e sociedades de economia mista

- a) os mesmos prazos processuais destinados às empresas privadas.
- b) o prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar a reclamação.
- c) a isenção de preparo do agravo de instrumento.
- e) a faculdade de não se submeterem ao rito sumaríssimo.

Questão 77

Considere:

- I. Recurso Ordinário ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
- II. Ação rescisória.
- III. Mandado de segurança.
- IV. Agravo de Petição ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

De acordo com o entendimento Sumulado do TST, o jus postulandi das partes estabelecido no artigo 791 da CLT, alcança os indicados APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.

Questão 78

Considerando que, para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de determinado prazo, contado da data da suspensão do empregado, marque a alternativa que contém o prazo CORRETO, à luz do que dispõe a CLT.

- a) 15 (quinze) dias.
- b) 30 (trinta) dias.
- c) 45 (quarenta e cinco) dias.

d) 60 (sessenta) dias.

Questão 79

Determinada empresa de moda, no curso de inquérito movido pelo Ministério Público do Trabalho firmou um Termo de Ajuste de Conduta - TAC. Entretanto esse termo não é cumprido pela empresa. No que respeita à execução do termo de ajuste de conduta, é correto afirmar:

- a) O termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do trabalho é título executivo extrajudicial, sendo competente para a execução o Juiz do Trabalho que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.
- b) O próprio Ministério Público do Trabalho, através da Procuradoria da Justiça do Trabalho tem competência para executar, direta e exclusivamente, os termos de ajuste de conduta, perante seção da Justiça Federal.
- c) Para que o termo de ajuste de conduta seja exequível é necessário primeiramente que haja decisão judicial trabalhista outorgando-lhe a natureza de título executivo judicial, para execução da multa ajustada na Justiça Comum.
- d) Não cabe execução na Justiça do Trabalho, pois o termo de ajuste de conduta não é reconhecido como título executivo, cabendo execução da multa ajustada na Justiça Comum.

Questão 80

Na reclamação trabalhista X, é parte reclamada a Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina - OAB/SC; na reclamação trabalhista W, é parte reclamante o Ministério Público do Trabalho; na Reclamação Trabalhista Y, é parte reclamada o Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina - CREMESC; e na Reclamação Trabalhista Z, é parte reclamada o Sindicato dos Empregados na Indústria Alpha. Estão isentos do pagamento de custas as entidades relacionadas

- a) em todas as reclamações trabalhistas.
- b) nas reclamações trabalhistas X e W.
- c) nas reclamações trabalhistas X, W e Y.
- d) somente na reclamação trabalhista W.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase](#)

[Curso para a 2ª fase](#)



Estratégia

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões](#)